
Chris Rojek, *Ways of Escape. Modern Transformations in Leisure and Travel*. Houndmills, Macmillan Press, 1993.

Ao longo dos últimos dez anos, Chris Rojek tem vindo a desenvolver uma inovadora reflexão sobre os hábitos de lazer e de ocupação dos tempos livres nas sociedades contemporâneas do mundo ocidental. Os seus trabalhos revelam um assinalável esforço de renovação teórica do estudo dos fenómenos de lazer, abrindo novos horizontes para a interpretação sociológica deste tipo particular de actividades sociais. *Ways of Escape* é, de algum modo, o corolário desse trabalho de reconceptualização teórica.

Com efeito, o livro retoma, para efeitos de análise empírica, as principais preocupações e as linhas de orientação teórica que Rojek formulou nos seus trabalhos anteriores, especialmente em dois livros editados, respectivamente, em 1985 e 1989: *Capitalism and Leisure Theory* (Londres, Tavistock Publications) e *Leisure for Leisure* (Houndmills, Macmillan Press, colectânea de textos editada por Rojek, que inclui três textos da sua autoria). Nestes dois livros, Rojek tece uma crítica sistemática à tradição teórica que ele próprio designa por *sociologia formalista do lazer*. Esta tradição, que se afirmou sobretudo a partir a década de 1960 e tem os seus principais expoentes em J. Dumazedier, M. Kaplan, S. Parker e K. Roberts, produziu, nas palavras do autor, uma «teo-

ria do lazer sem sociedade», ao isolar os comportamentos e as práticas de ocupação dos tempos livres dos contextos sócio-culturais mais amplos que os enquadram. A crítica de Rojek incide sobretudo na concepção de lazer que estes sociólogos professam: a ideia de que, por oposição a outras esferas da vida social (essencialmente o trabalho), o lazer é a esfera da auto-determinação individual, em que os indivíduos podem, de forma voluntarística, desinteressada e espontânea exercer a capacidade de livre escolha e encontrar modos de auto-realização e auto-formação, à margem dos constrangimentos que a sociedade habitualmente lhes impõe.

Demarcando-se destas interpretações, que, no seu dualismo, identificam equivocadamente os tempos de lazer como tempos da liberdade individual e os isolam analiticamente das outras dimensões da vida social, Rojek desenvolve a sua reflexão em torno de três argumentos principais. Em primeiro lugar, sustenta que as actividades de lazer devem ser entendidas como sistemas de relações socialmente reguladas. Na sua perspectiva, as relações de lazer devem ser interpretadas, não como relações de auto-determinação e liberdade, mas antes como comportamentos permissivos, que são regulados por um conjunto de regras socialmente produzidas e legitimadas. Inspirado nos trabalhos de N. Elias, Rojek considera que o lazer é, nas sociedades modernas, uma esfera privilegiada para a obtenção de prazer e a realização hedonística. Mas esta procura de prazer é enquadrada por sistemas de regulação moral e normativa, que

definem limites socialmente aceitáveis de permissividade nas actividades de lazer.

Em segundo lugar, o autor argumenta que as relações de lazer, sendo socialmente reguladas, põem em jogo complexos processos de luta, conflito e tensão entre interesses e concepções divergentes no que se refere à organização dos espaços e dos tempos de lazer, à codificação dos comportamentos, à definição dos limites de permissividade socialmente aceitáveis nas condutas individuais. Em terceiro lugar, e como corolário dos dois aspectos anteriores, Rojek assinala a necessidade de orientar o estudo do lazer para a análise e interpretação dos contextos históricos, sociais e culturais em que as práticas se processam e dos modos como esses contextos constroem formas de estruturação e enquadramento das relações de lazer. As suas preocupações orientam-se essencialmente para a compreensão do modo como se organizam e ganham sentido as relações de lazer no contexto de duas formações sócio-económicas e sócio-culturais determinadas: o capitalismo e a modernidade.

É em obediência a este conjunto de princípios que Rojek apresenta, em *Ways of Escape*, uma análise dos lazeres e dos hábitos de viagem nas modernas sociedades ocidentais, procurando discuti-los em relação com as transformações sócio-culturais que atravessam o mundo contemporâneo. O livro parte de uma interrogação sobre o imaginário da evasão e do escapismo que, nas sociedades modernas, está associado às experiências de lazer e de viagem: «O lazer e a viagem abrem as portas para o mundo de sonhos da Modernidade. (...) Os nossos sonhos de evasão são preenchidos com aquilo a que Benjamin chamava "a magia da distância". Este elemento de fantasia é um denominador comum nas actividades de lazer e de viagem» (p. 9). Ao longo das 232 páginas do livro, Rojek procura mostrar de que modo

este imaginário se manifesta e se reproduz no universo dos lazeres. A sua preocupação é, sobretudo, a de entender a forma como os processos de *circulação* e *consumo* característicos do capitalismo e da modernidade constroem os espaços de lazer e turismo e os constituem em contextos propícios a experiências marcadas pelo imaginário da evasão.

O livro está organizado em duas partes distintas. Na primeira parte (capítulos 1 e 2) Rojek traça a evolução histórica dos regimes morais e doutrinários e dos mecanismos institucionais de administração e regulação do prazer que, desde a Idade Média até ao século XX, configuraram as concepções dominantes de lazer e enquadraram as formas de organização dos espaços, dos tempos e das actividades de lazer e de viagem nas sociedades ocidentais. Partindo do conceito durkheimiano de «regulação moral», procura mostrar que, em cada momento histórico, as concepções e as práticas de lazer se organizam em consonância com uma determinada ordem moral, que estabelece os parâmetros dentro dos quais se devem confinar as condutas referentes à procura e obtenção de prazer.

A análise, que se reporta essencialmente à sociedade inglesa, centra-se, por um lado, nos discursos morais e doutrinários que enunciam, formalizam e debatem a moral relativa ao prazer, ao lazer, ao desporto e à viagem e, por outro lado, nas acções desenvolvidas pelas instituições sociais que centralizam o poder de regular, vigiar e administrar a ordem social e os comportamentos individuais. No que se refere à primeira dimensão de análise, Rojek transporta-nos para o centro dos debates filosóficos, políticos e doutrinários que, ao longo dos séculos XVI a XIX, e sobretudo no contexto na economia política clássica, polemizam a condição humana e a ordem social, por referência a uma concepção dicotómica do universo e da huma-

nidade, que opõe a razão, fonte de civilização e ordem social, à natureza, domínio das paixões descontroladas. O autor procura mostrar o modo como, no quadro do pensamento social e da moral dominante, se formulam as concepções de prazer de que somos herdeiros e se equacionam formas de regulação, civilização e controlo dos comportamentos, de molde a conter os excessos passionais, a indisciplina e a permissividade a que se prestam as actividades de lazer, sobretudo entre as classes populares.

No que se refere à segunda dimensão de análise, Rojek, seguindo de perto as linhas de análise e a periodização histórica propostas por Corrigan e Sayer (1985) nos seus estudos sobre a formação do Estado britânico, considera quatro fases distintas na evolução das formas de administração e regulação do prazer e do lazer: a primeira fase corresponde aos séculos XII-XVI, a segunda aos séculos XVI-XVIII, a terceira ao século XIX e a quarta ao século XX. O argumento é o de que ao longo destas quatro fases se evoluiu paulatinamente de um modelo de administração do prazer descentralizado e localista, fundado na organização feudal, no poder senhorial e nas relações comunitárias, para um modelo centralizado, fundado no poder de vigilância e de regulação assumido pelo Estado e, deste, para um modelo profissionalizado, em que a administração e a organização dos lazeres é transferida, sob a tutela do Estado, para um conjunto de corpos e de saberes especializados e altamente profissionalizados. Nesta análise, profundamente tributária das teses de N. Elias sobre a modelação dos comportamentos e a centralização dos poderes no quadro do processo civilizacional e dos estudos de M. Foucault sobre os instrumentos de vigilância nas sociedades modernas, a tónica é posta em dois aspectos principais. Por um lado, na maneira como o Estado se institui em órgão privilegiado de disciplina moral e de vigilância das

condutas individuais, organizando e mantendo sob controlo as práticas de lazer das populações e sujeitando-as aos interesses definidos no âmbito do ideário da ordem e do progresso nacional. Por outro lado, na maneira como a profissionalização da administração do lazer no século XX dá corpo ao projecto de implantação de uma ordem cultural e moral burguesa, que visa civilizar e disciplinar as condutas das classes populares.

A principal virtude desta análise reside porventura na forma como o sociólogo britânico interpreta os processos que organizam os contextos em que se realizam as práticas de lazer à luz dos confrontos e das tensões que, historicamente, se foram estabelecendo entre concepções e interesses divergentes. Esta virtude está particularmente patente no capítulo 2, onde Rojek analisa o caso particular dos lazeres das mulheres nas sociedades modernas, interpretando a sua transformação por referência às tensões e aos processos que foram configurando a evolução do papel social das mulheres e da moral relativa aos prazeres a que estas podem, ou não, entregar-se.

Na segunda parte do livro (capítulos 3 a 6), Rojek procura reavaliar o estatuto e a natureza das actividades de lazer no âmbito das transformações sócio-culturais que atravessam as sociedades contemporâneas. Para o efeito, situa a discussão no contexto dos debates recentes em torno da modernidade e da pós-modernidade. O argumento principal, desenvolvido sobretudo no capítulo 3, é o de que, nas sociedades capitalistas avançadas, o lazer tende a transformar-se numa actividade relativamente *desorganizada* e *desregulamentada*. Afirmando as virtualidades analíticas de algum do pensamento crítico pós-modernista para a interpretação das dinâmicas culturais contemporâneas, Rojek procura demonstrar que, a partir da segunda

metade do século XX, o enquadramento regulador a que a cultura burguesa submetera, tanto do ponto de vista moral, como do ponto de vista organizacional, as actividades de lazer e de turismo, tende a diluir-se, abrindo caminho para a emergência daquilo que designa como *pós-lazer* e *pós-turismo*.

200

Apoiando-se sobretudo nos conceitos de *capitalismo desorganizado* e de *desdiferenciação*, desenvolvidos, entre outros, por S. Lash e J. Urry (Lash e Urry, 1987; Lash, 1990), Rojek defende que, nas condições económicas, culturais e sociais que caracterizam as sociedades de capitalismo tardio ("late capitalism"), o lazer tende a desvincular-se dos princípios ordenadores e regulamentadores que a cultura burguesa lhe impusera ao longo dos séculos XVIII, XIX e na primeira metade do século XX, subvertendo as tradicionais dicotomias em que essa cultura assentava: trabalho/lazer, exterior/interior, espaço privado/espaço público, realidade/ficção, cultura/natureza, passado/presente. Ao longo dos capítulos 4 e 5, Rojek analisa um conjunto de novos espaços de lazer e turismo que, pela sua natureza e pelas experiências que proporcionam, ilustram este processo de desorganização e desregulamentação: os "black spots" (cemitérios convertidos em locais de peregrinação turística, como o Arlington National Cemetery em Washington ou o Père Lachaise em Paris, onde repousam, respectivamente, os restos mortais de J. F. Kennedy e Jim Morrison), os parques de diversões temáticos, os parques históricos e os locais de turismo histórico e patrimonial, as casas-museus evocativas das grandes personalidades da cultura literária ocidental, etc. Na maneira como convertem em espectáculo e em atracção turística uma série de aspectos tradicionalmente considerados característicos do lado "sério" da vida ou das outras esferas de actividade social, estes espaços dão conta da crescente diluição das fronteiras que, no passado, separavam trabalho de lazer, reali-

dade de ficção, produção de consumo. Ilustram, assim, a redefinição do estatuto do lazer e do turismo enquanto esferas de evasão e de escapismo.

O diagnóstico que Rojek traça do lazer e do turismo neste contexto de *des-diferenciação*, *des-regulamentação* e *des-organização* assinala a natureza efémera, fragmentária e descontínua deste tipo de actividades. No entanto, esta natureza não se define já por oposição às restantes esferas de actividade social. Pelo contrário, o lazer e o turismo representam, para Rojek, experiências particularmente intensas e concentradas dos estímulos e das condições que definem a vida moderna, na generalidade. Esta é, talvez, a ideia mais original e mais promissora do livro. Nos traços que definem os lazeres contemporâneos — o seu carácter efémero, caótico e contraditório, a sua natureza permanentemente movente e sujeita à inovação e à moda, a maneira como se submetem crescentemente ao registo do consumo, da simulação e da cultura visual, o modo como desafiam as fronteiras e as hierarquias culturais historicamente estabelecidas — Rojek surpreende, afinal, outras tantas características da vida moderna, em geral, tal como as identificaram precocemente pensadores como W. Benjamin, G. Simmel ou S. Kracauer.

Para Rojek, nas sociedades capitalistas do mundo contemporâneo, o carácter dinâmico, efémero e fragmentário da vida moderna, que aqueles pensadores descreveram nas primeiras décadas do século XX, impôs-se, por efeito da importância crescente dos processos de troca, circulação e consumo, à lógica ordeira e reguladora da cultura burguesa, inscrevendo no quotidiano dos indivíduos traços que eram, tradicionalmente, entendidos como próprios de actividades de escape, como o lazer ou o turismo. É neste sentido que Rojek fala, hoje, de *pós-lazer* e *pós-turismo*. Para ele, estas esferas da vida social «permitem-nos

experimental, de forma concentrada, os contrastes rápidos e febris da Modernidade. (...) Longe de demonstrarem uma reacção às rotinas da vida quotidiana, como pretendem alguns comentadores, as actividades de lazer envolvem frequentemente uma intensificação e extensão destas rotinas» (pp. 212-213). Daí a sua conclusão desiludida sobre o modo como o lazer e o turismo funcionam como espaços de evasão e escapismo: trata-se, com efeito, de uma evasão ilusória e nunca plenamente concretizada, já que se alimenta da transitoriedade e do sentimento de insatisfação que caracteriza a vida moderna em geral, reenviando permanentemente, por isso, para as condições mais globais de estruturação e regulação (ou desregulação) da vida em sociedade.

As análises que Rojek apresenta neste livro, abrem, em suma, novas e frutuosas pistas para o estudo e a compreensão das transformações que, nas sociedades contemporâneas, têm vindo a observar-se nas esferas do lazer, da viagem e do turismo. A centralidade analítica que Rojek atribui à elucidação dos contextos sócio-culturais que enquadram as actividades de lazer, bem como os contributos teóricos que, numa notável síntese, o autor mobiliza, encerram um elevado potencial heurístico e abrem novas vias para o desenvolvimento desta área de estudos, ainda relativamente jovem. Em aberto ficam, no entanto, uma série de interrogações relativas à natureza específica das práticas que nesses contextos se desenrolam. Neste livro, como na generalidade dos seus trabalhos, Rojek é relativamente omissivo no que toca à investigação das práticas e dos comportamentos dos indivíduos, do modo como se relacionam com os espaços e os contextos de lazer, dos sentidos que atribuem aos seus próprios comportamentos. Esta é, no entanto, uma dimensão de análise cujo desenvolvimento

só pode beneficiar do esforço de contextualização que Rojek se propôs realizar neste livro.

Referências

Bibliográficas

- Corrigan, P. e Sayer, D. (1985), *The Great Arch*. Oxford, Blackwell.
 Lash, S. (1990), *Sociology of Postmodernism*. Londres, Routledge.
 Lash, S. e Urry, J. (1987), *The End of Organized Capitalism*. Cambridge, Polity Press.

Claudino Ferreira

John Frow, *Cultural Studies and Cultural Value*. Oxford, Clarendon Press, 1995, viii + 190 pp.

Cultural Studies and Cultural Value parte de um conjunto de interrogações centrais para a sociologia da cultura e, mais geralmente, para o projecto de reconstrução de uma teoria sociológica que coloca a cultura no centro do seu universo conceptual e empírico — e que tem encontrado expressão, nomeadamente, no projecto da revista *Theory, Culture and Society*. O desaparecimento de uma hierarquia estável de valores culturais ligados, nomeadamente, à distinção entre «alta cultura» e «cultura de massas» — e da correlação (se alguma vez esta, de facto, existiu) entre posições e trajetórias de classe, por um lado, e hierarquias culturais por outro —, ou a crescente integração do estético no económico aparecem, hoje, como manifestações visíveis de importantes transformações nas condições de produção, de circulação e de consumo dos objectos culturais neste fim de século. Segundo o autor, a própria «alta cultura» tornou-se uma entre várias formas culturais submetidas aos

mesmos processos de mercadorização. Perante estas transformações, em que condições é possível e legítimo continuar a produzir julgamentos de valor sobre objectos e práticas culturais? E que lugar ocupam os intelectuais, enquanto produtores e intérpretes dos objectos culturais, nesse processo? John Frow formula estas interrogações, não a partir do lugar disciplinar da sociologia, mas desse terreno heterogéneo e de fronteiras fluidas que se costuma designar por «estudos culturais». Nascidos na Inglaterra dos anos 60 de uma convergência de diferentes abordagens disciplinares e indissociáveis, na sua origem, de um forte envolvimento político e de um compromisso com o estudo das formas culturais associadas às classes populares, os «cultural studies» rapidamente se tornaram um campo de forças importante no panorama académico dos países anglo-saxónicos, com particular ênfase nos Estados Unidos, Austrália e Canadá. Essa expansão, contudo, foi realizada à custa da perda de muito do ímpeto político inicial (Grossberg *et al*, 1992; Blundell *et al*, 1993). John Frow é, precisamente, uma das principais figuras dessa constelação intelectual na Austrália, e o seu livro propõe não só um envolvimento sério e bem informado com algumas das correntes dominantes na sociologia da cultura das últimas duas décadas, mas também uma contribuição para recolocar no centro dos estudos culturais o debate político em torno dos problemas do poder e, em particular, do poder de definição e atribuição do valor cultural perante as transformações em curso nos universos da cultura.

Os estudos culturais constituem um lugar de encontro privilegiado das humanidades e das ciências sociais que, contudo, como nota o autor, tem sido atravessado por tensões e contradições ligadas à dificuldade em lidar com a relação entre estética e cognição. De facto, segundo Frow, os estudos culturais são o sintoma de um problema que resulta, precisamente, da tendencial renúncia a colocar a questão da

estética e do valor cultural no centro da análise da cultura, em nome de uma concepção «objectificante» que vai buscar a sua inspiração e os seus instrumentos às ciências sociais. Fugir ao problema do valor, como observa Frow, não significa que seja possível evitar lidar com ele. Daqui decorrem, na sua opinião, alguns dos «problemas generativos» dos estudos culturais (1-2). O principal desses problemas é o de pensar o lugar a partir do qual se efectua a análise cultural. A necessidade de «suspender» os julgamentos pessoais ou de valor, de separação do analista e do objecto a fim de tornar possível a objectificação de um domínio cultural significa, simultaneamente, sacrificar a «força interactiva» e o sentido do envolvimento com esse domínio, na medida em que a «cultura» é, «por definição, um domínio de usos e de energias que circulam» (2). Para Frow, esta dificuldade não pode ser separada do facto de a definição de cultura que domina nos estudos culturais ser, em grande medida, tributária da concepção convencional e holística proposta pela antropologia. Se esta permite pôr em causa os postulados estéticos universalistas sobre os quais assenta, convencionalmente, o discurso das humanidades, ela tende, contudo, a tratar a cultura como um objecto «outro», condenado à distância, à diferença radical e ao holismo. É aqui que o argumento de Frow converge com algumas das preocupações centrais da sociologia da cultura — e, é justo reconhecê-lo, com as que dominam diferentes correntes da antropologia pós-colonial —, em particular as que dizem respeito à relação entre a diferenciação cultural e a diferenciação social, entre os usos da cultura como modo de ligar e de separar, de construir pertencimentos e diferenças, mas também as que se referem ao lugar e ao modo a partir dos quais são produzidos os discursos sobre a cultura, aos actores que os produzem, aos seus interesses e às condições institucionais dessa produção.

A separação/relação entre «alta cul-

tura» e «cultura popular» focaliza vários destes problemas, e daí a importância que Frow atribui ao modo como esses dois termos da polarização cultural foram abordados por diferentes correntes e autores, em particular por Pierre Bourdieu e Michel de Certeau. Para Frow, estes dois autores procuraram examinar a génese e o funcionamento social da distinção «alta cultura»/«cultura popular» a partir de perspectivas e pontos de vista distintos mas tendo em comum o facto de minimizarem o processo de constituição mútua, de interpenetração e de circulação de objectos e práticas culturais entre os dois polos. A discussão crítica do conceito de classe e das relações entre classe e cultura na obra de Bourdieu é particularmente rica e interessante, focando, em particular, limitações como a essencialização das classes, o postulado da homologia entre posições de classe e práticas culturais, a subalternização de dimensões como o sexo, a raça ou a etnia na definição das posições de classe, a redução dos usos da cultura à procura da distinção e da diferenciação (a que Frow contrapõe os usos múltiplos e diferenciados dos objectos culturais por diferentes grupos sociais e nas relações entre grupos sociais), ou a diferença entre a posição a partir da qual se produzem julgamentos de valor e o conteúdo desses julgamentos de valor. É a partir desta reflexão que Frow discute as origens e usos sociais do conceito de «popular» nos estudos sobre a cultura. O «popular» é frequentemente apropriado, como nota o autor citando Meaghan Morris, como «o emblema alegórico, delegado de forma textual, da própria actividade do crítico», uma espécie de «máscara» do investigador (69), que serve, sobretudo, para legitimar a sua própria actividade e o objecto que essa actividade constrói como seu. Para que a cultura «popular» possa continuar a ser um tema de investigação que não seja prisioneiro destas limitações, torna-se necessário, segundo Frow, preencher duas condições: «Em primeiro lugar, a análise de textos

culturais deve ser situada em relação aos regimes institucionalizados de valor que os sustêm e que os organizam em relações de diferença e de distinção (...). E, em segundo lugar, a nossa atenção deve ser deslocada desse mítico sujeito popular susceptível de uma observação imediata e focalizada, antes, na relação entre dois tipos diferentes de práticas: uma prática de «primeira-ordem» da cultura quotidiana e a prática de «segunda ordem» da sua análise conduzida por um leitor dotado de um capital cultural significativo.» (87).

Essa relação é definida como uma relação entre «os intelectuais e os seus outros — sejam quem forem esses "outros", e reconhecendo que esses dois grupos, e esses dois tipos de práticas muitas vezes se sobrepõem, talvez mesmo necessariamente (práticas de "primeira ordem" são também reflexivas; os intelectuais são eles próprios esses "outros").» (87).

O conceito de «regime de valor» — originalmente proposto por Arjun Appadurai e próximo, no uso de Frow, do conceito de «formação de leitura» de Tony Bennett — ocupa uma posição central no argumento do autor, que o define como «uma instituição semiótica que gera regularidades de avaliação sob certas condições de uso, e em que auditórios ou comunidades empíricas particulares podem estar imbricados de maneira mais ou menos completa.» (144). Os regimes de valor são relativamente autónomos em relação aos diferentes grupos sociais, e não mantêm com estes relações expressivas directas (145). Por outras palavras, um regime de valor é constituído pelo conjunto das mediações e condições que tornam possível a apropriação social e a atribuição de valor a objectos culturais, sem pressupor que estes possuem um valor ou sentido intrínseco, independente da operação mediada de atribuição de valor ou de sentido. É aqui que, mais uma vez, a importância dos intelectuais é sublinhada, enquanto actores ligados a, e interessados nesses regimes de valor.

Um aspecto fundamental da abordagem de Frow tem a ver com a ideia de que a chamada alta cultura e os seus cânones são elaborados, preservados e transmitidos através das instituições escolares e culturais e, portanto, através dos intelectuais que são, precisamente, os especialistas da alta cultura. Esta tese afasta-se da tese de Bourdieu, segundo a qual a socialização familiar seria o principal canal de aquisição das competências e do à-vontade cultural em relação à alta cultura que caracterizariam as fracções da classe dominante dotadas de um maior volume de capital cultural. De facto, se as instituições e os profissionais da cultura são os principais meios de transmissão da alta cultura, esta é, em princípio, acessível aos actores sociais oriundos de diferentes classes e fracções de classe e pode, assim, transformar-se num recurso incorporado em reportórios culturais que, quanto mais variados forem, melhor respondem à procura estruturalmente gerada de informação e filiação culturais e, por conseguinte, às formas de inserção, pertença e participação social que as diferentes formas culturais permitem, como mostrou DiMaggio (1987). Também a ideia — que atravessa a obra de Bourdieu — de que as formas ditas «populares» de cultura seriam mais espontaneamente e facilmente apropriáveis e assimiláveis é contrariada por aquilo que se conhece das chamadas subculturas da juventude e, em particular, das formas de aprendizagem e aquisição de competências culturais e do processo de constituição de cânones entre os *fans* de música rock, por exemplo — mas o mesmo seria possível dizer acerca dos *fans* de séries televisivas de culto, de cinema ou de jogos de vídeo, por exemplo, ou de diferentes modalidades desportivas.

Nestas condições, torna-se possível rever de modo extremamente produtivo o conceito de capital cultural, a sua relação com o espaço das classes sociais e, em particular, a ideia de que o capital cultural seria organizado em torno de uma hierar-

quia de valor, ligada à chamada alta cultura. Aqui, Frow converge com algumas das críticas recentes de autores como Michèle Lamont (1992) ou John Hall (1992; Hall e Neitz, 1993), para quem a diferenciação e pluralização de formas de capital cultural permite identificar diferentes formas de hierarquia cultural e diferentes modos de atribuição de valor a objectos e práticas culturais, que não estão necessariamente correlacionados com posições de classe específicas. Num argumento que se aproxima das posições de Paul DiMaggio (1987), Frow considera que é precisamente a familiaridade e o domínio de diferentes formas de capital cultural por parte dos intelectuais que lhes confere um poder específico que, diferentemente do que sugere Bourdieu, contribui para constituir interesses que não são redutíveis aos de outras classes ou fracções de classe. A partir das teses de diferentes autores sobre «a nova classe», Frow mostra como, de facto, diferentes configurações de capital cultural podem contribuir para a emergência de diferentes fracções de intelectuais, com posições e interesses nem sempre coincidentes, e que dificilmente podem constituir a base social do que Bourdieu (1992) designa por «corporativismo do universal».

Não é possível, no espaço de uma recensão, fazer justiça à riqueza e densidade da argumentação de Frow. Não posso deixar passar em claro, no entanto, o que me parece ser uma omissão de vulto. No seu tratamento do tema do capital cultural e da sua relação com as diferentes fracções dos intelectuais, o autor não aborda especificamente o tema do capital cultural ligado às chamadas tecnoculturas, isto é, às culturas associadas às novas tecnologias da informação e da comunicação e às competências que elas implicam. Este tópico tem sido objecto da investigação de autores como Andrew Ross (1991), Constance Penley (Penley e Ross, 1991), Sherry Turkle (1984) e outros, e tem alimentado uma literatura crescente sobre a chamada cibercul-

tura. O tratamento das condições de produção e uso social da cultura na pós-modernidade fica seriamente empobrecido se não se tiver em conta a ubiquidade e a importância dos fenómenos ligados à cibercultura — e, evidentemente, as novas formas de desigualdade e de exclusão que os acompanham.

Apesar desta lacuna, a obra de Frow constitui uma importante contribuição para a inadiável tarefa de reinventar uma sociologia da cultura cada vez mais integrada com os estudos culturais, e que encontrará, certamente, no caso de Portugal — uma sociedade semiperiférica, caracterizada por uma cultura de fronteira, fortemente marcada por dinâmicas transnacionais e locais e com aberturas específicas, quer para os países do centro, quer para os países de língua oficial portuguesa — um terreno empírico particularmente fecundo, que já começou, aliás, a ser desbravado (Santos, 1993, 1994).

Referências Bibliográficas

- Blundell, Valda, John Shepherd e Ian Taylor (eds.) (1993), *Relocating Cultural Studies: Developments in Theory and Research*. Londres, Routledge.
- Bourdieu, Pierre (1992), «Post-scriptum: pour un corporatisme de l'universel». In *Les règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire*. Paris, Seuil: 459-472.
- DiMaggio, Paul (1987), «Classification in Art». *American Sociological Review*, 52: 440-455.
- Grossberg, Lawrence, Cary Nelson e Paula Treichler (eds.) (1992), *Cultural Studies*. Nova Iorque e Londres, Routledge.
- Hall, John R. (1992), «The Capital(s) of Cultures: A Nonholistic Approach to Status Situations, Class, Gender and Ethnicity». In Michèle Lamont e Marcel Fournier (eds.), *Cultivating Differences:*

Symbolic Boundaries and the Making of Inequality. Chicago, University of Chicago Press: 257-285.

- Hall, John R., e Mary Jo Neitz (1993), *Culture: Sociological Perspectives*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- Lamont, Michèle (1992), *Money, Morals and Manners: The Culture of the French and the American Upper-Middle Class*. Chicago, University of Chicago Press.
- Penley, Constance, e Andrew Ross (eds.) (1991), *Technoculture*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Ross, Andrew (1991), *Strange Weather: Culture, Science and Technology in the Age of Limits*. Londres, Verso.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (1993), *Portugal: um retrato singular*. Porto, Edições Afrontamento.
- Turkle, Sherry (1984), *The Second Self: Computers and the Human Spirit*. Nova Iorque, Simon & Schuster.

João Arriscado Nunes

Como (não) levar a televisão a sério?

Karl Popper e John Gondry, *Televisão: Um Perigo para a Democracia*. Introdução de Giancarlo Bosetti e Posfácio de Jean Bau-douin, Tradução de Maria Carvalho. Lisboa. Gradiva, 1995: 82 pp.

David Bianculli, *Teletiteracy: Taking Television Seriously*. Nova Iorque, Continuum, 1992; 315 pp.

Karl Popper escrevendo sobre televisão? Passada a eventual surpresa inicial, concordar-se-á que faz todo o sentido esta preocupação do velho pensador por um objecto aparentemente tão frívolo, exacta-

mente por causa dessa sua frivolidade. Intitulado «Uma Lei para a Televisão», o ensaio agora traduzido para português — enquadrado por uma introdução contextualizante do jornalista Giancarlo Bosetti e por um posfácio do cientista político Jean Baudouin, e escorado nos estudos empíricos do psicólogo norte-americano John Condry — não deixa dúvidas quanto às motivações que lhe subjazem: claramente, a TV é um dos inimigos do tipo de Sociedade Aberta que Popper desde 1942 veio defendendo.

O esboço da jeremiada fica desde logo a cargo de G. Bosetti, que aponta como mal maior da cultura televisiva o fomento da violência — um mal a extirpar urgentemente, portanto, se se recordar o mandamento do filósofo austríaco, para quem «a civilização consiste essencialmente na redução da violência» (27). Infelizmente, a prova da acusação não tem a conclusão que seria de esperar. Com efeito, quando, no capítulo a seu cargo, Condry explana o trabalho empírico desenvolvido na busca da resposta à questão «Que ensino oferece a televisão?», é com alguma perplexidade que o leitor descobre a lógica discursiva que lhe presidiu.

A equipa de investigadores procurou analisar as diferentes atitudes veiculadas pela televisão relativamente ao consumo de drogas. Um consumo retratado de um ângulo considerado vantajoso foi catalogado como sendo uma «mensagem favorável», enquanto consumos perspectivados de maneira negativa foram considerados «mensagens desfavoráveis». Ora o problema metodológico reside em que entre as drogas supostamente promovidas ou condenadas se encontravam, para além das ilegais, o tabaco e toda a sorte de bebidas alcoólicas e de medicamentos, com a agravante de não ser ressalvada a necessária distinção entre, por exemplo, os conteúdos abertamente ficcionais e os do discurso publicitário. Num país com a publicidade comercial mais agressiva do mundo, não haverá qualquer surpresa, por isso mesmo, em ler que, no respeitante ao álcool, os investigadores

contabilizaram «dez mensagens favoráveis por cada mensagem desfavorável». Do mesmo modo, e sobretudo sem se conhecerem os pormenores respectivos, será difícil avaliar os resultados de um outro projecto também aqui mencionado, segundo o qual terá sido observada «uma média de vinte e cinco actos de violência por hora nos programas infantis e apenas cinco nos programas de grande audiência»¹.

Não é apenas neste ponto que as premissas do argumento de Popper vacilam. O seu conhecimento da televisão peca, por exemplo, por atender exclusivamente à vertente educativa/formativa desta, descurando o seu potencial enquanto linguagem dotada de virtualidades estéticas; por cair num passadismo nostálgico relativamente à famigerada «época de ouro» da TV («Se nos debruçarmos sobre a história da televisão, verificaremos que no início ela era relativamente boa. Não víamos todos esses programas medíocres a que passámos a assistir depois; ela propunha bons filmes e emissões honestas.» [18]); e ainda por uma quase ingenuidade no que concerne à natureza do meio, particularmente quanto à capacidade de produzir verosimilhança e à possibilidade de se conter, com medidas meramente administrativas, o dinamismo imparável da evolução tecnológica que a tem caracterizado.

¹ Implícita nestas considerações está a noção, corrente entre alguns sociólogos dos *media*, do «cultivation effect» gerado pela televisão. Ou seja, a ideia de que, como sustenta o mesmo John Condry em obra anterior (um estudo mais profundo, equilibrado e convincente que o presente), uma «exposição pesada» a determinado tipo de conteúdos, e mormente a formas de violência, tende a andar de par com comportamentos homólogos no mundo real (Condry, 1989). Mas um dos problemas desta hipótese é que não explica qual o efeito que, pela mesma via cumulativa mas em sentido previsivelmente inverso, um programa pedagogicamente tão sofisticado e tão «politicamente correcto» como *Abre-te Sésamo* terá tido e continua a ter sobre o comportamento da população infantil há já cerca de trinta anos.

O próprio Jean Baudouin, em comentário final, aponta justamente algumas críticas à visão catastrofista de Karl Popper — como por exemplo o facto de este esquecer o modo como a TV assume frequentemente o papel de «pacificar os protestos sociais e de ilegítimar as intolerâncias ideológicas» (79). Contudo, o contributo fundamental do filósofo pretende situar-se noutra plano: o da intervenção cívica. Eis como o mesmo Baudouin resume a proposta de Popper:

Entre a hipótese obsoleta de um monopólio de Estado da radiotelevisão e o panorama actual da privatização e da concorrência selvagem talvez haja lugar para uma solução intermédia: a criação de uma ordem corporativa que emita licenças e possa, em qualquer momento, tirá-las. Nem todo o poder ao Estado, nem todo o poder ao mercado. (76)

Um seja: dado o alarme em face da degradação crescente da dimensão ética na gestão das televisões ao nível global e da progressiva demissão do Estado na tarefa de disciplinar os meios de comunicação em geral e a TV muito em particular, Popper propõe um esquema genérico de intervenção que, permanecendo sensível aos riscos de instauração de novas práticas censórias, não deixa de ousar prescrever um *modus vivendi* destinado a substituir o clima de irresponsabilidade e *laissez faire* que gradualmente se veio tornando hegemónico.

Uma das impressões deixadas pela leitura deste opúsculo é a do défice de trabalho — tanto teórico como empírico — ainda por fazer com vista a uma fundamentação séria dos inúmeros factos, mas também das crenças e mitos frequentemente brandidos nas críticas dirigidas ao dispositivo televisivo. Em 1989 John Condry soava porventura menos pessimista do que hoje relativamente ao potencial emancipador da TV:

Se o maior dos males é a ignorância, então o maior bem é a comunicação. Ela não vai fazer com que nos amemos uns aos outros, mas talvez nos ajude a compreender que estamos todos no mesmo barco, que partilhámos a mesma condição. A televisão tanto pode combater a ignorância como aumentá-la. A opção cabe-nos a nós; e o modo como a utilizarmos há-de ser determinante para o futuro do planeta. (Condry, 1989: 280)

Em conformidade, Condry deixava expressa, nessa mesma obra, a necessidade de se avançar para um maior conhecimento deste incontornável meio de comunicação².

É nesse esforço de aprofundamento do saber relativo à televisão que se insere a obra de David Bianculli *Teletiteracy: Taking Television Seriously*. O seu autor, crítico de TV dos jornais *New York Post* e *The Philadelphia Inquirer*, propõe-se não só «levar a televisão a sério» como também, num gesto bem mais ambicioso, contribuir para o estudo daquilo a que chama «teletiteracia»: uma espécie de competência ou alfabetismo televisivo, que Joan Shelley Rubin, talvez com mais rigor (mas não com menos entusiasmo) que o próprio Bianculli, assim definiu na recensão que fez do livro: «o domínio generalizado do saber relativo à televisão, que resulta de uma partilha de experiências enquanto espectadores e que nos faculta uma linguagem comum» (Rubin, 1992).

A proposta não é, de todo, nova, e uma das suas fragilidades mais evidentes é a aparente pretensão de que o é³. Pelo menos

² Um estudo que, de resto, está também muito longe de ter conhecido, entre nós, a atenção que merece. Ressalvem-se, entre outros esforços isolados, os estudos de Manuel Pinto (Pinto, 1992; 1994)

³ Efectivamente, podemos aparentá-la a uma noção já relativamente corrente, como é a de «TV bárdica» (Fiske e Hartley, 1989: 85-89), ou asso-

essa é a ideia que ressalta, necessariamente, quando o autor, insistindo desde início num pose marcadamente anti-intelectual e anti-acadêmica, desaproveita sistematicamente — quiçá por falta de vocação, mas também (e dada até a profusão de estudos e autores citados) por insuficiência de curiosidade intelectual no esforço desenvolvido — as oportunidades de articulação com categorias já testadas e de diálogo com autores mais sofisticados. A título ilustrativo apenas, refira-se a onnipresente — mas nunca aduzida — noção de *intertextualidade*, e sobretudo o conceito de *capital cultural*. Porque Bianculi faz as suas leituras dependerem globalmente de uma sedimentação cumulativa da experiência concreta de exposição à televisão e do consumo reiterado dos produtos desta, não se pode deixar de lamentar que de todo omita a noção de «capital cultural» de Bourdieu, e mais ainda a adaptação que do conceito fez John Fiske ao avançar daí para o conceito de *popular cultural capital*⁴.

A obra não deixa de oferecer, apesar de tudo, aspectos positivos. Alguns dos testemunhos recolhidos, como por exemplo o do romancista Kurt Vonnegut, aliam a paixão pelo meio à argúcia da observação. E as secções dedicadas à história dos meios de comunicação de massa — fotografia, telégrafo, rádio, TV — e à censura, nomeadamente a partir da Guerra Civil americana, contêm, não obstante um certo pendor digressivo, um interesse intrínseco e uma carga informativa gratificantes. Ela revela-

ciá-la à proposta, mais recente, de Colin McCabe, segundo a qual caberá aos *media* e em particular ao cinema e à televisão, na presente conjuntura, fornecer a cultura comum de que a sociedade necessita para se rever e conhecer o seu passado (McCabe, 1993).

⁴ Um conceito que podemos traduzir como capital cultural de massas: «Há que alargar a metáfora do capital cultural por forma a incluir o de capital cultural de massas, que não possui equivalente na economia material.» (Fiske, 1989: 18) Quanto às mais flagrantes omissões de Bianculi, v., por exemplo, pp.149, 152, 258.

se, porém, pobre e insatisfatória em aspectos cruciais: na ênfase excessivamente factual e empírica; na visão simplista, e invariavelmente optimista, da liberdade de escolha e dos frutos do avanço tecnológico; no défice de problematização; no tom ligeiro e na atitude populista.

Sem serem exactamente antípodas, os dois livros aqui em análise afastam-se, então, pelo menos nessa atitude global: se um encara a televisão no seu estado actual com uma gravidade porventura excessiva, o outro acaba talvez por atraiçoar aquela mesma seriedade que anuncia em título. Dito de outro modo: a um Bianculi de predisposição eufórica (embora não totalmente: o final do seu estudo adopta, algo inesperadamente, uma posição algo defensiva) opõem-se Popper e Condry com um avisado impulso disfórico. No meio, claro, estará a via de superação. No meio, e, como acima se refere, também nas escolhas informadas do cidadão espectador, e principalmente, cada vez mais, numa investigação cada vez mais atenta ao saber acumulado e ao diálogo intra e interdisciplinar.

João Paulo Moreira

Referências Bibliográficas

- Condry, John. 1989. *The Psychology of Television*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Fiske, John. 1989 [1987]. *Television Culture*. Londres, Routledge.
- Fiske, John; Hartley, John. 1989 [1978]. *Reading Television*. Londres e Nova Iorque, Routledge.
- McCabe, Colin. 1993. «On the Eloquence of the Vulgar: A Justification of the Study of Film and Television», Introduction by Wilf Stevenson, Londres: British Film Institute.
- Pinto, Manuel. 1992. «Educar para a Comunicação Social», *Communi*, 9, 1: 45-54.

- Pinto, Manuel. 1994. «Requisitos para a Viagem». *Noesis* (Março), 16-18.
- Rubin, Joan Shelley. 1992. «TV Without Guilt», *The New York Times Book Review*, 12 Julho, 20.

Jean Remy e Liliane Voyé,
A cidade: rumo a uma nova definição? Porto, Edições Afrontamento,
 1994. Tradução de José Domingues de Almeida.

Jean Remy e Liliane Voyé, co-autores de uma vasta obra no campo da sociologia rural e urbana, publicaram em 1992, nas edições L'Harmattan, o livro agora editado em português pelas Edições Afrontamento.

«A cidade: rumo a uma nova definição?», sendo a primeira das obras dos autores a ser traduzida em português, retoma as problemáticas por eles discutidas em trabalhos anteriores. A compreensão do estatuto do espaço e a importância do espaço na explicação da vida social continuam a ser o objecto central deste trabalho, como já tinham sido em «La ville et l'urbanisation», de 1974, e «Ville, ordre et violence», de 1981.

Nesta obra a tónica é colocada na perspectiva da lógica de apropriação do espaço, visando os autores a compreensão dos modos de agrupamento das populações e das actividades. Retomando a discussão de «La ville et l'urbanisation», a lógica social que preside às diferentes modalidades de apropriação do espaço é problematizada em três situações opostas: a situação não urbanizada, a situação transitória, correspondendo ao período inicial da industrialização, e a situação urbanizada.

A oposição entre estas três situações é extremada através do recurso ao método do ideal-tipo, servindo esta construção de situações simplificadas e contrastadas para fazer sobressair a urbanização como o pro-

cesso que determina diferentes lógicas sociais de apropriação do espaço. Nesta óptica, a urbanização é definida como sendo o processo através do qual a mobilidade espacial vem estruturar a vida quotidiana, não só porque essa mobilidade é tecnicamente possível, mas também porque é socialmente valorizada.

«A cidade: rumo a uma nova definição?», ao equacionar em que medida a apropriação do espaço é um factor indutor e induzido da transformação social, apresenta-se como uma obra de alcance estrutural que procura caracterizar a espacialização das dinâmicas sócio-económicas presentes. É por isso que a articulação entre as modalidades de apropriação do espaço e as estruturas sociais é a moldura de fundo desta obra.

Esta abordagem da relação entre materialidade do espaço e efeitos sociais é construída contra as interpretações funcionalistas, economicistas e culturalistas que tomam a cidade como objecto de estudo. Significa isto que a validade da confrontação, correntemente estabelecida, entre cidade e campo é limitada, uma vez que as características da materialidade de um dado espaço não impõem necessária e automaticamente determinados modos de vida. Para reforçarem este argumento, os autores sublinham que o modo como as relações sociais são estruturadas é fortemente induzido pela morfologia do habitat em situações não urbanizadas — independentemente de se tratar do campo ou da cidade — enquanto em situações urbanizadas as ligações entre a materialidade do espaço e a vida social são muito mais flexíveis.

De maneira a justificarem que a oposição urbano / não urbano é mais pertinente que a oposição cidade / campo no estudo dos modos de relacionamento da sociedade com o espaço, Jean Remy e Liliane Voyé, retomando a discussão promovida em «Produire ou Reproduire? Une sociologie de la vie quotidienne» (co-autoria de Jean Remy, Liliane Voyé e Émile Ser-

vais, editado em dois volumes pela *Vie Ouvrière*, Bruxelas, em 1978 e 1980 respectivamente) procuram avaliar o impacto do espaço a três níveis distintos em que se fundam e moldam as relações sociais: i) ao nível do sistema social, onde são consideradas as interdependências que se estabelecem em função das actividades colectivas e que remetem para questões como a definição de prioridades, o estabelecimento de relações de poder e a sujeição ao controlo social; ii) o sistema cultural, que diz respeito à difusão dos códigos de conduta socialmente valorizados; iii) e, por fim, o sistema da personalidade, que se reporta ao espaço em que o indivíduo manifesta a sua subjectividade, elaborando os seus projectos com maior ou menor autonomia relativamente às condições objectivas impostas pelos dois sistemas anteriores.

Cada um destes níveis supõe lógicas sociais que divergem em virtude das características dos espaços em que se desenrolam. A mobilidade espacial, enquanto elemento mais significativo do processo de urbanização, assume uma posição de relevo nesta obra, já que é por seu intermédio que as diferenças entre formas espaciais e os seus efeitos sociais se acentuam. E isto ocorre, não só porque há condições técnicas que favorecem a mobilidade, mas sobretudo porque ela passa a ser progressivamente valorizada, ficando esta valorização a dever-se ao facto de a mobilidade ser um forte instrumento de individuação. Neste contexto, na sua definição de ideal-tipo, são maiores as semelhanças entre campo e cidade não urbanizados que entre campo não urbanizado e campo urbanizado. Assim, o argumento dos autores funda-se na convicção de que a mobilidade — entendida na sua dupla vertente (técnica e social) — não só põe em causa a oposição campo / cidade como dilui a associação correntemente corroborada entre cidade e urbano e entre campo e não urbano.

O que esta concepção de urbanização tem de novo é o facto de romper em abso-

luto com as concepções que definem campo e cidade a partir das dimensões descritivas e funcionais que tradicionalmente são evocadas por esses dois conceitos. As razões pelas quais os autores rejeitam, desde logo, essas concepções, ficam a dever-se ao facto de, presentemente, a extensão das cidades ser incomensurável, de assistirmos a uma disseminação espacial das funções eminentemente citadinas e de estarmos em presença de formas de apropriação dos espaços em que a função residencial é dominante e que revelam a imposição de dinâmicas socioculturais que desvalorizam as relações interpessoais, ao mesmo tempo que evidenciam o carácter ambivalente da mobilidade espacial, que se apresenta como um recurso para determinados grupos sociais e como uma imposição para outros.

A análise, através do recurso ao método de ideal-tipo, das três situações em que ocorrem as várias modalidades de apropriação do espaço, incidindo sobre as lógicas sociais que se situam ao nível de cada um dos três sistemas focados, procura, assim, definir os contornos das relações que se estabelecem entre os diferentes sistemas e avaliar as incidências que a mobilidade espacial, fomentada pelo processo de urbanização, teve nas influências que uns sistemas exercem sobre os outros. Neste sentido, a nova definição de cidade, que os autores anunciam de forma interrogativa, não aponta necessariamente para dinâmicas sociais anómicas, mas mais para o surgimento de um modo de territorialidade (isto é, a maneira como o contexto espacial se relaciona com a vida social) que pode ser a base de actuação de um indivíduo crítico que cultiva a sua subjectividade utilizando a mobilidade como recurso e reagindo contra determinadas imposições objectivas definidas pelos sistemas social e cultural. A nova definição de cidade faz da mobilidade espacial a condição que determina as possibilidades de inclusão e de exclusão na vida urbana, sendo que a apropriação do espaço

baseada na mobilidade (quando esta é uma escolha), ao permitir uma maior autonomia e subjectividade ao indivíduo, responde a uma lógica social dominante, baseada na procura de possibilidades de individuação (que não significa necessariamente individualismo), que define, a um tempo, as virtudes e os riscos das cidades actuais.

Nestas diferentes possibilidades de apropriação do espaço, o ponto de vista dos autores baseia-se na defesa do argumento de que a análise da lógica de apropriação não se confina à análise do que o processo tem de reproduzir. A hipótese que procura confirmar este argumento postula que a lógica de apropriação dos espaços usufrui de uma autonomia substancial relativamente à lógica de produção desses espaços (aspecto que foi objecto dos trabalhos anteriores dos autores, nomeadamente «La ville — phénomène économique», de Jean Remy, editado pela *Vie Ouvrière* em 1966). O que esta hipótese pretende alcançar é a compreensão do modo como as possibilidades objectivas de um grupo social são convertidas em esperanças subjectivas, originando, assim, configurações de sentido onde se fundam projectos sociais

que encaram o espaço já estruturado como um recurso a que as diferentes posições sociais reagem de maneira oposta. Neste sentido, a nova definição de cidade, sublinhando quanto o processo de urbanização multiplica as disparidades das sociedades capitalistas, propõe, no entanto, uma aceitação do conflito no seio da vida urbana e combate as correntes que apostam em determinados modelos de morfologia do habitat com vista à eliminação do conflito. Porém, a experiência do conflito que a cidade proporciona não é a de um conflito entre posições sociais antagónicas. É, sim, um conflito baseado em reivindicações de participação nas dinâmicas socialmente valorizadas trazidas pela urbanização e que se caracterizam por um certo grau de transversalidade relativamente aos grupos sociais que emergem da vida económica. Na sua nova definição, a cidade estende o conflito para lá do sector mercantil e aproxima-se da experiência da diversidade e da fragmentação das identidades que são apanágio da sociedade de massas.

Paulo Peixoto